

**Análise do projeto político pedagógico de um colégio estadual de Apucarana-PR:
desafios à gestão democrática e participativa****Analysis of the political pedagogical project of a state school of Apucarana-PR:
challenges to democratic and participatory management**

DOI:10.34117/bjdv6n12-769

Recebimento dos originais:10/12/2020

Aceitação para publicação:04/01/2021

Allan Romeiro Duarte

Graduando em Licenciatura em Química pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Instituição: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Endereço: R. Marcílio Dias, 635 - Jardim Paraíso, Apucarana – PR
E-mail: allan.duarte9916@gmail.com

Yonara Rafaela Dos Santos Zani

Graduanda em Licenciatura em Química pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Instituição: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Endereço: R. Marcílio Dias, 635 - Jardim Paraíso, Apucarana – PR
E-mail: yonara_rafaela@live.com

Roseli Gall do Amaral

Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Maringá/ Universidade Coimbra
Instituição: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Endereço: R. Marcílio Dias, 635 - Jardim Paraíso, Apucarana – PR
E-mail: amararoseli@gmail.com

RESUMO

Este trabalho foi realizado com o objetivo de analisar o Projeto Político Pedagógico (PPP) de uma Escola Estadual da região de Apucarana-PR. Utilizando a pesquisa bibliográfica e documental, tendo como referência o roteiro elaborado a partir dos Livros “Escola: Espaço do Projeto político Pedagógico” (1998) e “Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível” (2007) de Ilma Passos Alencastro Veiga. O objetivo central da pesquisa foi verificar por meio da análise do documento norteador da escola qual a função social do PPP na cultura escolar e sua relação com a gestão democrática.

Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico (PPP), Gestão Escolar, Cultura Escolar.

ABSTRACT

This work was carried out with the objective of analyzing the Pedagogical Political Project (PPP) of a State School in the region of Apucarana-PR. Using bibliographical and documentary research, having as reference the script elaborated from the books “School: Space of the Pedagogical Political Project” (1998) and “Political Pedagogical Project of the School: a possible construction” (2007) by Ilma Passos Alencastro Veiga. The main objective of the research was to verify, through the analysis of the school's guiding document, what the PPP's social role in school culture is and its relationship with democratic management.

Keywords: Pedagogical Political Project (PPP), School Management, School Culture.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho foi realizado com o objetivo de verificar no Projeto Político Pedagógico (PPP) de um Colégio Estadual de Apucarana-PR, que atende desde o Ensino Fundamental até o Ensino Médio e Profissionalizante, qual a missão do Projeto Político Pedagógico e sua relação com a gestão democrática, em suas correlações com o sentido da educação, sua finalidade, o papel da escola, a definição de visão, missão e valores, desta instituição.

O trabalho iniciou-se com o estudo e análise do Projeto Político Pedagógico da escola sob a ótica de Veiga (2007). Como instrumento de pesquisa para a análise foi elaborado um roteiro baseado no livro “Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível” de Ilma Passos Veiga (2007), e algumas questões norteadoras para o tratamento dos dados coletados no PPP.

Veiga (2007) orienta que o PPP é a organização do trabalho pedagógico da escola unificada, é como uma metodologia de reflexão e discussão dos problemas vividos na escola. Ele deve ser construído planejando o futuro com base no presente, sendo a sua elaboração realizada de modo coletivo e democrático, resgatando a escola “como um espaço público, lugar de debate, do diálogo, fundado na reflexão coletiva” (VEIGA, 2007, p.11).

Não é cheio de intencionalidade, para Veiga (2007), que este documento leva o nome de Projeto Político Pedagógico, segundo a autora, neste contexto, a palavra política está associada ao “Compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade” (VEIGA, 2007, p.13) e, “pedagógico no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade” (VEIGA, 2007, p.13).

A Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 afirma que é dever das instituições de ensino a elaboração e execução da proposta pedagógica (Art. 12 – Parágrafo I) e a definição “das normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades” com a devida “participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola” (Art- 14 – Parágrafo I).

Nesse sentido, a pesquisa realizada na escola, por meio de seu projeto político pedagógico, teve como objetivo analisar no PPP, enquanto documento que norteia a proposta pedagógica da escola, os principais desafios enfrentados pela gestão escolar.

2 METODOLOGIA

A partir da elaboração de um roteiro, conforme o livro de Ilma Passos Veiga “Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível” (2007) e do material divulgado pela SEED do Paraná (Secretaria de Educação Básica do Paraná) para a construção dos PPPs nas escolas de educação Básica.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e documental. Como referencial de análise utilizou-se o roteiro construído a partir do referencial teórico de Ilma Passos Alencastro Veiga (1998 e 2007), o levantamento de dados foi realizado por meio de dados coletados no Projeto Político Pedagógico da Escola. Também foram elaboradas questões norteadoras¹ a partir do mesmo referencial teórico de Veiga (1998 e 2007), na tentativa de investigar, no documento, quais os fundamentos teóricos, cultura da escola, estilo de gestão, perfil de aluno e de professor, avaliação e papel do PPP estão sendo implementados no colégio analisado.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No roteiro elaborado para a análise a partir dos estudos realizados nos livros de Veiga (1998 e 2007), é indicado que tenha capa contendo a identificação da instituição e o ano de sua construção ou revisão. Seguido de uma seção introdutória, que contenha a apresentação da escola, que organiza um texto, com epígrafe ou não, apresentando as linhas gerais do documento produzido. Deve explicitar o objetivo e razão da existência do PPP e a equipe técnica que o organizou. No PPP analisado pôde ser verificado que esses dados conferem com o indicado.

Para a construção do Projeto Político Pedagógico, Veiga (2007) orienta que seja realizado um diagnóstico da escola. Apesar da data de construção do PPP da escola analisada ser de 2013, há um levantamento diagnóstico da realidade e dos principais desafios a serem enfrentados.

Conforme Libâneo, Oliveira e Toschi (2003, p.359), a pergunta mais importante a ser respondida pela equipe escolar no momento da elaboração do projeto é:

[...] o que se pode fazer que medidas devam ser tomadas para que a escola melhore, para que favoreça uma aprendizagem mais eficaz e duradoura dos alunos? [...] é indispensável que a discussão sobre o documento final seja concluída com a determinação das tarefas, de prazos,

¹Questões norteadoras da pesquisa documental:

- 1)Qual é a realidade local, (Levar em conta os pontos de vista social, econômico, religioso, político, tecnológico, etc).
- 2)A Elaboração do PPP pode ajudar a equipe escolar e a comunidade a descobrir como transformar sua realidade cotidiana em algo melhor. Nesse sentido, qual o perfil de aluno a ser formado e qual a missão pedagógica da Instituição?
- 3)Que perfil de professor a Instituição contempla em sua formação continuada?
- 4)Sob que bases teóricas foi construído o PPP?
- 5)Tendo em vista o perfil de aluno que o PPP busca formar, que práticas pedagógicas são necessárias serem desenvolvidas na escola ?
- 6)Na elaboração do PPP, quais foram os maiores desafios encontrados? E quais ainda precisam ser vencidos?
- 7)De que forma o PPP é implementado na Instituição?
- 8)Como é realizada a avaliação do PPP e com quais objetivos? (Fonte: próprios autores).

de formas de acompanhamento e avaliação (o que se fará quem fará, quais são os critérios de avaliação).

No PPP analisado há referência às essas questões citadas acima, e no final em anexos, há também projetos delineados que deveriam buscar solucionar as questões contempladas no diagnóstico realizado. O problema é que o documento foi construído em 2013, e essa pesquisa realizou-se em 2019, logo, partindo da análise do documento não se pode concluir se foram realizados ou mesmo, se os problemas ainda são os mesmos.

Ainda para a construção do Projeto Político Pedagógico, a autora estabelece alguns atos ou marcos a serem contemplados: Marco situacional, Conceitual e Operacional. Segundo VEIGA (1998), a construção do Projeto Político-Pedagógico é marcada por três atos distintos: ato situacional, no qual se descreve a realidade da escola; ato conceitual que diz respeito a concepção de sociedade, homem, educação, escola, currículo, ensino e aprendizagem; e ato operacional, que mostra as ações para a operacionalização do projeto. Embora não tenha um modelo único para a elaboração do PPP, esses marcos foram seguidos em todo os referencias teóricos do Paraná para a construção dos Projetos Políticos Pedagógicos sob a orientação do Ministério da educação.

Não se constrói um projeto sem uma direção política, um norte, um rumo. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é também político. O projeto pedagógico da escola é, assim, sempre um processo inconcluso, uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte da escola (GADOTTI, 1998, p.16).

No Marco Situacional deve conter a identificação conforme quadro 01, e deve expressar uma visão da realidade municipal, estadual e nacional em todas as dimensões (quadro 02) , na perspectiva de gerar, na comunidade educativa, um olhar comprometido com transformações que apontam a qualidade do processo.

Elemento fundamental para a construção da criticidade, pois não se pode ter visão crítica de um aspecto particular, sem que se possa compreendê-lo como parte constituinte de um panorama mais amplo, sob o risco de não se perceber sua importância ou alcance no contexto em que se insere. Questões para elaboração do PPP:

Quadro 01: roteiro para elaboração da identificação

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA

- nome da instituição
- endereço completo
- telefone/fax/e-mail
- localização
- data de criação da escola
- nível de ensino/modalidade (Ed. Infantil/Ens.Fundamental/ Médio)
- turno de funcionamento

FONTE: Próprios autores

Em relação a identificação, a escola a escola atendeu a todos os critérios pedidos. No que tange ao marco situacional (quadro 2), a escola também atende.

Quadro 02: roteiro para elaboração do PPP: Marco situacional

2. MARCO SITUACIONAL

- 2.1. Caracterização da comunidade (Nível socioeconômico, político, cultural, educacional, etc)
. Caracterização da escola (O que sabemos sobre nossa escola e como queremos que seja):
 - 2.2.1. histórico; localização;
 - 2.2.2. concepção filosófica e pedagógica;
 - 2.2.3. finalidades da escola;
 - 2.2.4. funcionamento;
 - 2.2.5. perfil e função do corpo docente e administrativo;
 - 2.2.6. estrutura física;
 - 2.2.7. materiais didáticos; tecnológicos e estrutura da escola.

FONTE: Próprios Autores

O Marco conceitual (quadro 03) nas palavras de Vasconcellos (2010) é o marco filosófico que corresponde à direção, ao horizonte maior, ao ideal geral da instituição. É a proposta da sociedade, pessoa e educação que a escola assume, e nesse marco devem estar expressas as grandes opções do grupo. Deve conter também os critérios gerais de orientação da instituição.

Quadro 03: Marco Conceitual

3. MARCO CONCEITUAL-FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E FILOSÓFICA

3.1. Objetivos:

- Geral- Expressa de forma clara e precisa onde se quer chegar, mostrando o caminho a percorrer visando os resultados almejados.
- Específico-Expressar de forma restrita e especificamente os objetivos a serem atingidos no amplo.
- Linha Teórica
- Deve constar o conjunto de princípios que dão identificação à escola e que têm caráter permanente servindo como orientadores de todas as ações desenvolvidas na constituição de ensino.
- Deve também conter informações sobre teorias que subsidiam a prática pedagógica mostrando a concepção de:

3.2.1) sociedade

3.2.2)de homem (perfil de aluno a ser formado);

3.2.3) de educação;

3.2.4) de infância;

3.2.5) de conhecimento;

3.2.6) de escola;

3.2.7) concepção de currículo escolar (tempos e espaços);

3.2.8) prática pedagógica:

3.2.8.1-Ed. Infantil

3.2.8.2-Ens. Fundamental

3.2.9) concepção de ensino aprendizagem;

FONTE: Próprios Autores

Para Ilma Passos Veiga (2007), o Marco Conceitual deve descrever qual é a busca deste projeto e as ações que nele se fazem presentes.

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade [...] pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade (VEIGA, 2007, p.13).

E ainda, define que é conceitual porque:

O Ato Conceitual diz respeito a concepção de sociedade, homem, educação, escola, currículo, ensino e aprendizagem. Diante da realidade situada, retratada, constatada e documentada, cabem as seguintes indagações: • Que referencial teórico, ou seja, que concepções se fazem necessárias para a transformação da realidade? • Que tipo de alunos queremos formar? • Para qual sociedade? • O que significa ser uma escola voltada para a educação básica? • Que experiências queremos que nosso aluno vivencie no dia-a-dia de nossa escola? • Quais as

decisões básicas referentes a que, para que e como ensinar, articuladas a para quem ensinar? • O que significa construir o Projeto Político-Pedagógico como prática social coletiva? Percebe-se claramente que a instituição precisa ter definido em seu Projeto o tipo de homem, sociedade, educação, enfim qual o seu papel enquanto instituição escolar frente a sociedade atual e suas múltiplas necessidades (VEIGA, 2007, p.50).

No Marco Operacional (quadro 04) devem estar as bases e sustentação para o plano de ação da instituição quanto a realidade desejada. É ele que explicita a escola que se pretende. O Marco Operacional também tem que ser compatível e coerente com o Marco Situacional e em especial com o Marco Filosófico, pois se isso não ocorrer haverá desarticulações entre as finalidades assumidas, desconfigurando na prática a teoria que ele representa.

Neste sentido, devem ser previstos e realizados processos de avaliação e reelaboração do PPP, na tentativa de alinhá-lo as necessidades da escola.

Veiga (2007), afirma que: “acompanhar as atividades e avaliá-las leva-nos à reflexão, com base em dados concretos sobre como a escola organiza-se para colocar em ação seu Projeto Político-Pedagógico” (VEIGA, 2007, p.32).

Em uma visão crítica, a avaliação do Projeto Político Pedagógico, parte da necessidade de se conhecer a realidade escolar, buscar explicar e compreender criticamente as causas da existência de problemas, bem como suas relações e suas mudanças, e se esforça para propor ações alternativas.

Quadro 04: Marco Operacional

4. MARCO OPERACIONAL-SELEÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONTEÚDO ESCOLAR:

4.1. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR: Educação Infantil, Ensino Fundamental e M

4.2. METAS E AÇÕES (PROJETOS)

- Relacionar o que será feito para alcançar as metas, a partir das várias dime
- Dimensão Pedagógica (Ações voltadas para melhoria do processo de e aprendizagem, encontros, cursos, projetos, pesquisas, atividades extr etc).
- Dimensão da Gestão Escolar (Articulação com a comunidade externa e i parcerias, convênios, capacitação, jornais informativos, etc).
- Dimensão Organizacional (Relações de trabalho, clima organizacional, av dos resultados e processos, etc).
- Dimensão Orçamentária Física e Humana (reformas, construção otimiz: espaços, aquisição de mobiliário e materiais).
- Auto-avaliação Institucional.

4.3. MISSÃO/VISÃO DE FUTURO

4.3.1. Missão da Escola

- De forma clara, expressar a missão da escola. É a função , a finalidade da na comunidade escolar.

4.3.2. Visão de futuro

- é a expectativa que a escola manifesta em relação ao trabalho a ser desen a longo prazo na comunidade escolar.

FONTE: Próprios Autores

Segundo José Marcos Couto Junior (2019), se a escola fosse um filme, o PPP seria o roteiro, sendo este, um documento norteador, nele deve estar descrito de forma clara e objetiva o que se busca alcançar devendo possuir uma base sólida capaz de alicerçar e apontar caminhos e ações no ambiente escolar (COUTO JUNIOR, 2019). Nesse sentido a importância de nele constar tudo o que pode vir a influenciar na vida escolar do aluno, professor, equipe pedagógica e toda comunidade escolar. Verificamos no PPP da instituição que há muitos pontos que deveriam constar de maneira mais clara para que todos, que o lessem pudessem entender, já que este é um documento destinado a toda a comunidade escolar, no documento encontram-se por vezes informações dispersas ou de maneira confusa.

O primeiro quesito analisado foi referente a realidade local. É de suma importância que esta realidade seja conhecida pelas autoridades da escola, pois segundo Libâneo (2012, p.26) “se a escola recebe sujeitos muito diferentes entre si, ela precisa enfrentar a realidade da diversidade como condição para ser integradora de todos”. Neste quesito:

As famílias dos estudantes sobrevivem graças às diversas ocupações exercidas pelos responsáveis, principalmente nas facções, fábricas de bonés, confecções, na reciclagem e nos diversos tipos de comércio da cidade, sendo uma grande parte na informalidade, com renda média de dois salários mínimos, incluindo horas extras. Muitas empresas não oferecem

alimentação ou tempo hábil para as refeições. O nível de escolaridade da maioria dos familiares dos alunos é o Fundamental incompleto (PPP, 2013, p.16).

Logo nas páginas iniciais é apresentado um diagnóstico dos problemas enfrentados pela escola: “Em nossa instituição, a desigualdade social brasileira tem seu reflexo. Essa situação faz com que a vivência de problemas relacionados à permanência dos alunos na escola seja uma constante, principalmente no período noturno” (PPP, 2013, p.14).

O documento aponta quais são os maiores determinantes dos problemas relativos ao ensino, e salientam maior fragilidade no período noturno. Os principais problemas apontados são:

- a) Falta de motivação para o estudo, devido ao esgotamento produzido pela jornada de trabalho; b) Dificuldades cognitivas para a apreensão dos conteúdos; c) Carência de transporte entre a escola e o domicílio; d) Calendário letivo até o mês de dezembro, que coincide com o período de vendas noturnas, compulsório para os alunos comerciários; e) Obrigatoriedade ou necessidade de cumprimento de horas-extras, com periodicidade regular ou irregular (campanhas políticas, eventos esportivos, Natal e Ano Novo), pelos alunos empregados nas manufaturas de bonés (que representa uma grande oferta de postos de trabalho no município); f) Priorização do trabalho para a garantia de subsistência; g) Falta de uma maior adequação da escola para atender às necessidades do aluno trabalhador. Causa grande preocupação a evasão escolar. Os aspectos acima abordados para o ensino fundamental noturno podem ser aqui aplicados, ao que se acrescentam os seguintes determinantes: h) Necessidade de ingresso no mercado de trabalho, o que ocorre com alunos adolescentes de famílias de baixa renda; i) Ineficiência da sociedade e do setor público de educação em conscientizar o aluno e a família em relação a importância da educação formal e para a cidadania; j) Ausência de recursos didáticos e práticas pedagógicas mais estimulantes que proporcionem um ambiente escolar mais motivador (PPP, 2013, p.14-15).

Dentre os problemas apontados salienta-se a condição econômica que atrapalha os estudos dos alunos, dificuldades cognitivas e as metodologias e recursos utilizados para motivar as aulas.

O documento ainda afirma que os dados consolidados relativos ao aproveitamento dos alunos têm demonstrado que uma parcela significativa dos alunos tem obtido resultados insuficientes nas avaliações. O que permite a equipe gestora questionar “Esse cenário levanta alguns pontos a serem repensados, ressaltando que o planejamento de reuniões constantes (pelo menos bimestrais) é primordial para analisar estas situações e outras, visando a melhoria contínua da qualidade no ensino” (PPP, 2013, p.15).

Nos anexos do documento, são apresentados projetos sobre os temas: Falta de interesse dos alunos e falta de compromisso com as atividades propostas; Como aumentar o percentual de aprovação (PPP, 2013, p.59); Evasão (PPP, 2013, p.60) e Como motivar a participação dos familiares (PPP, 2013, p.61).

A pesquisa diagnóstica também alisou as contradições e conflitos da prática docente demonstrando que os problemas encontrados estavam na pauta do Projeto Político Pedagógico da escola:

- a) A forma avaliativa está adequada ou está excludente? Ela está sendo avaliada em termos de sua adequação, visando demonstrar aspectos do processo de ensino-aprendizado que precisam ser reforçados, nos quais o professor irá nortear seu trabalho em sala de aula? Ou, simplesmente, tem uma função punitiva e autoritária? b) Qual a intensidade da rotatividade dos professores no decorrer do ano letivo? A substituição, muitas vezes lenta, dos vários professores que entraram em licença (médica ou prêmio), ou que se deslocam para participar de cursos de capacitação prejudicou a temporalidade do processo ensino-aprendizado em nossa escola? c) Nossa escola está preparada para trabalhar o Desenvolvimento Sócio Educacional? d) A mudança constante de horário para a adequação de professores substitutos é prejudicial ao processo ensino-aprendizado? e) As ações para propiciar o processo de inclusão de alunos com necessidades especiais, em nossa escola, são adequadas em função da demanda? f) A organização da hora-atividade está sendo viabilizada a contento? (PPP, 2013, p.15).

Dentre os problemas citados a forma de avaliar dos professores é questionada quanto a sua eficácia. Também são questionadas o processo de rotatividade, substituições e constantes mudanças de horário de aulas. A equipe questionou ainda a necessidade de formação pedagógica para práticas inclusivas e de desenvolvimento socioeducativo.

A equipe gestora, afirma no documento que estes tópicos, entre outros, são o ponto de partida para o reconhecimento da necessidade de melhorias na educação de forma geral, e que necessita de formação pedagógica que permeie práticas docentes direcionadas para os problemas diagnosticados, “fecundada na real construção e formação dos nossos alunos em cidadãos conscientes e dotados de conhecimentos para as práticas diárias de suas vidas (PPP, 2013, p.16).

Apesar de no PPP constar o diagnóstico da realidade escolar e apontar com clareza qual a missão da escola, da gestão escolar e do Projeto Político Pedagógico frente as demandas apresentadas, o fato de sua construção datar de 2013 indica que não houve nenhuma atualização, o que compromete a viabilidade da afirmativa abaixo:

Assim, almejando uma gestão efetiva, novos horizontes e direções para esta comunidade educativa, nossa intenção é a de transformar o que sonhamos coletivamente em ações, alicerçando o trabalho pedagógico em um processo contínuo, refletindo criticamente os problemas da sociedade e do setor, possibilitando, deste modo, a intervenção consciente na realidade em que estamos inseridos (PPP, 2013, p.5).

A realidade local presente no PPP refere-se ao ano de 2013, sendo assim, fica difícil compará-la com o cenário atual, visto que durante esse período houve uma grande rotatividade de alunos, mudanças no cenário econômico e social. Também não foi possível perceber se os problemas foram sanados.

Quanto ao perfil de aluno que a escola deseja formar e qual a missão pedagógica da escola, a resposta apresentada no PPP foi que a escola prepara o aluno para o mercado de trabalho, ou seja, uma escola tecnicista e de acordo com o PPP, também há uma preocupação com a formação para o ENEM:

O colégio vem preparando os alunos para que participem de todos os ENEM ofertado pelo MEC e incentivando-os, tendo em vista que, mesmo sendo em caráter opcional, representam na atualidade a oportunidade de adentrar numa Instituição de Ensino Superior (PPP, 2013 p.24).

Apesar da formação do perfil do egresso apontar para uma formação tecnicista, em todo o documento é apresentado autores que fazem parte da corrente filosófica da Pedagogia Histórico-crítica e que salientam um perfil de aluno autônomo, crítico e transformador. O próprio documento se apoia em uma concepção de cidadania que incentiva uma formação integral:

A cidadania, de acordo com Boff (2000, p.51) é um processo histórico-social que capacita a massa humana a forjar condições de consciência, de organização e de elaboração de um projeto e de práticas no sentido de deixar de ser massa e de passar a ser povo, como sujeito histórico, plasmador de seu próprio destino (PPP, 2013, p.36).

Veiga (2010) afirma que é na dimensão pedagógica que reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, comprometido, crítico e criativo. Portanto, é preciso que fique claro para toda escola qual é o perfil de aluno e de cidadão a ser formado, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade.

Quanto ao perfil docente e a formação continuada dos professores, no PPP fica claro que a formação continuada vem do SEED (Secretaria Estadual da Educação e do Esporte), “a formação continuada para a comunidade escolar segue calendário escolar e carga horária determinados pela SEED, em datas específicas” (PPP, 2013, p.46). O documento ressalta que:

A equipe pedagógica possibilitará momentos de estudos para revisão da linha teórica das ações educativas, procurando incentivar nos professores e estudantes a busca de sentido na construção do conhecimento. As ações propostas como formação continuada para os professores, equipe pedagógica, direção, funcionários e responsáveis compreendem: cursos de capacitação, Semana Pedagógica, grupos de estudos, reuniões pedagógicas, reuniões das instâncias colegiadas, palestras e informes de periodicidade regular ou extraordinário, sendo eles, em sua maioria, ofertados pela SEED (PPP, 2013, p.46).

No entanto, Veiga (2007) nos afirma que a formação continuada dos profissionais de uma escola que possui o compromisso com a elaboração do PPP, não pode se limitar aos conteúdos curriculares e as questões gerais, mas deve abranger o debate da realidade da escola como um todo, aos seus desafios específicos e seus vínculos com a comunidade. A autora ainda afirma que: “O grande desafio da escola, ao construir sua autonomia, deixando de lado seu papel de mera "repetidora" de

programas de "treinamento", é ousar assumir o papel predominante na formação dos profissionais” (VEIGA, 2007, p.21).

É nesse sentido que Veiga (2010) afirma a intrínseca relação entre o perfil de aluno a ser formado e o perfil de professor que a instituição deseja formar por meio da formação continuada e da valorização do magistério.

A qualidade do ensino ministrado na escola e seu sucesso na tarefa de formar cidadãos capazes de participar da vida socioeconômica, política e cultural do país relacionam-se estreitamente a formação (inicial e continuada), condições de trabalho (recursos didáticos, recursos físicos e materiais, dedicação integral à escola, redução do número de alunos na sala de aula etc.), remuneração, elementos esses indispensáveis à profissionalização do magistério (VEIGA, 2007, p.20).

Quanto a base teórica em que o PPP foi elaborado (questão 04), está explícito no documento que a escola é construtivista, mas, ao citar a base filosófica que a fundamenta destaca algumas vezes as teorias do autor Dermeval Saviani (1987). São também citados teóricos como Paulo Freire (1996) e Gasparin (2002), autores estes que se distanciam da concepção denominada construtivista.

Duarte (1998) afirma que o construtivismo está diretamente ligado a Escola Nova, se diferenciando em muito do papel que o professor assume na Pedagogia Histórico-crítica defendida por Saviani (1998).

É interessante notar que tanto no Construtivismo como na Escola Nova, assumiram um acento de valor claramente negativo o verbo ensinar e a expressão "transmissão de conhecimentos". O professor é reduzido a um "animador", a alguém que fornece condições para que o aluno construa por si mesmo o conhecimento. Para não ser reduzido a um mero enfeite do processo educativo, pode até, "eventualmente", fornecer alguma orientação para o aluno (DUARTE, 1998, p.04).

Ainda sob essa ótica, ao comparar a resposta da questão 02 com a questão 4 (perfil de aluno a ser formado), é possível observar que há divergências nos fundamentos teóricos, pois Paulo Freire (1996) defende uma escola progressista e Libertadora que busca formar um aluno crítico e reflexivo, assim como Saviani (1999; 1988) defende uma pedagogia Histórico-crítica que visa formar um aluno crítico, e politicamente habilitado para ser um agente transformador. Tanto Freire (1996) como Saviani (1987) criticam a formação técnica dissociada das questões filosóficas e políticas, propondo uma formação que supera a técnica.

A questão cinco buscou verificar quais práticas pedagógicas são necessárias para que o perfil de aluno que a escola deseja formar proposto pelo PPP seja alcançado. Duas questões emergente na análise, a primeira é que a base teórica e o perfil de egresso não são compatíveis. E a segunda é que no diagnóstico dos problemas enfrentados já aparece a necessidade de uma formação docente para atender

as dificuldades de aprendizagem e os problemas socioeducativos. Também são mencionados o grave problema de reprovação, alto índice de aprovação pelo conselho e evasão.

Na pergunta seis, questionou-se a elaboração do PPP, quanto aos desafios encontrados e quais ainda precisam ser vencidos. No PPP observou-se, já pela data de construção, a falta de revisão e participação coletiva. Veiga (2007) argumenta que o PPP deve ser construído, e reavaliado coletivamente com a participação de pais, professores, representantes do grêmio estudantil, enfim pelo conselho escolar, conforme estabelecido por lei. Para a autora, é necessário que haja uma conscientização dos professores da importância do PPP, afirmando assim que:

Para que a construção do projeto político-pedagógico seja possível não é necessário convencer os professores, a equipe escolar e os funcionários a trabalhar mais, ou mobilizá-los de forma espontânea, mas propiciar situações que lhes permitam aprender a pensar e a realizar o fazer pedagógico de forma coerente (VEIGA, 2007, p.15).

A falta de reavaliação do PPP denota que a escola analisada não prima pela participação coletiva e por uma gestão democrática, deve-se considerar o Projeto Político Pedagógico como um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, na busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade, que "não é descritiva ou constatativa, mas é constitutiva" (MARQUES, 1990, p. 23). O PPP é uma das características da vivência democrática na escola, "necessária para a participação de todos os membros da comunidade escolar e, é o exercício da cidadania. Pode parecer complicado, mas trata-se de uma relação recíproca entre a dimensão política e a dimensão pedagógica da escola" (VEIGA, 2010, p.02).

Nessa trajetória, ao analisar a estrutura organizacional, ao avaliar os pressupostos teóricos, ao situar os obstáculos e vislumbrar as possibilidades, os educadores vão desvelando a realidade escolar, estabelecendo relações, definindo finalidades comuns e configurando novas formas de organizar as estruturas administrativas e pedagógicas para a melhoria do trabalho de toda a escola na direção do que se pretende. Assim, considerando o contexto, os limites, os recursos disponíveis (humanos, materiais e financeiros) e a realidade escolar, cada instituição educativa assume sua marca, tecendo, no coletivo, seu projeto político-pedagógico, propiciando conseqüentemente a construção de uma nova forma de organização (VEIGA, 2010, p.08).

A pesquisa revelou que o PPP não faz parte do dia-a-dia da escola, apenas está registrado no site. Apesar de sua avaliação ser mencionada, ao que parece ela não é realizada.

Sendo assim, visando a participação permanente de toda a comunidade escolar na vida da instituição, a Avaliação Institucional será implementada de forma constante, analisando, criticando e atualizando o conteúdo do PPP, produzindo indicadores, compilando relatos e promovendo, assim, o verdadeiro diagnóstico em educação, através da definição do marco situacional. Este processo será balizado pela incorporação das reflexões contidas no marco conceitual, e as metas previstas no marco operacional (PPP, 2013, p.23).

A determinação no documento de que a avaliação seria permanente, constante e atualizada não se configurou, pois desde 2013 não foi atualizado. Tal postura é incorreta na interpretação de Veiga (2007). Para a autora, a discussão em torno do PPP deve ser contínua e, além de tudo não pode ouvir somente as críticas dos professores, mas também tem o dever de ouvir toda a comunidade escolar. Segundo Veiga (2007), é interessante que haja essa participação coletiva, pois propicia a vivência democrática necessária para a participação de todos os membros da comunidade escolar e o exercício da cidadania.

Na questão norteadora dois², foi analisado se há participação das instâncias colegiadas nas resoluções dos problemas cotidianos da escola, na organização do currículo escolar, na avaliação do trabalho escolar, no Projeto Político-Pedagógico e no Plano de Gestão Escolar, o que fica claro pela data de construção do PPP que não há participação e incentivos para essa participação. A participação precisa deve ser liderada pela gestão escolar, numa atitude democrática que visa a participação de professores na elaboração do PPP, pois ninguém sabe melhor que eles os acontecimentos do dia-a-dia em sala de aula, isso é o que Freitas (1991) fundamenta:

As novas formas têm que ser pensadas em um contexto de luta, de correlações de força – as vezes favoráveis, as vezes desfavoráveis. Terão que nascer no próprio "chão da escola", com apoio dos professores e pesquisadores. Não poderão ser inventadas por alguém, longe da escola e da luta da escola (FREITAS *apud* VEIGA, 2007, p.16).

Há anos a escola vem sendo estudada como organização de trabalho, sendo por diversas vezes apontadas por uma concepção burocrática e funcionalista, podendo assim compará-la com uma organização empresarial, em sua maioria os estudos sobre a Organização do Trabalho Pedagógico não se preocupavam com as questões organizacionais e técnico-administrativos, mas sim em uma análise crítica da escola dentro da organização do trabalho no Capitalismo (LIBÂNEO, 2001). Segundo o autor, hoje existem três concepções de organização e gestão: a técnico-científica, a autogestionária e a democrático-participativa.

A técnico-científica visa a racionalização do trabalho e a eficiência dos serviços escolares. Fundamentando-se na hierarquia de cargos suas principais características são: a descrição de cada função, a subordinação, ênfase no sistema burocrático, deixando por vezes o real objetivo da escola de lado.

²Questões norteadoras da pesquisa documental (Fonte: próprios autores).

2)A Elaboração do PPP pode ajudar a equipe escolar e a comunidade a descobrir como transformar sua realidade cotidiana em algo melhor. Nesse sentido, qual o perfil de aluno a ser formado e qual a missão pedagógica da Instituição?

Quanto a concepção autogestionária a ênfase é nas relações interpessoais, as decisões são coletivas, a organização do grupo institucional ocorre através de eleições e acredita-se que experiência democrática vivenciada na instituição possa se expandir à sociedade.

A concepção democrática-participativa é um misto das concepções anteriores defendendo a forma de gestão coletiva, sendo as decisões discutidas publicamente: Para Libâneo (2001), acredita-se na busca de objetivos comuns, contudo, após as decisões serem tomadas cada membro assume o trabalho que lhe cabe. Suas principais características são: Gestão participativa; qualificação e competência profissional; busca de objetividade no trato das questões da organização e gestão, mediante coleta de informações reais; todos avaliam e são avaliados.

No Projeto a gestão é descrita como democrática, como afirma um trecho do próprio PPP.: “Autonomia e gestão democrática fazem parte da especificidade do processo pedagógico” (PPP, 2013, p.29).

Como afirma Libâneo (2001), o modelo de gestão autogestionária dá ênfase em decisões coletivas, e a democrática-participativa defende a forma de gestão coletiva. Nenhuma dessas retratam a real situação do colégio em questão. O PPP ser datado de 2013 é uma expressão da falta de participação coletiva. Contudo a escola não tem uma gestão autogestionária.

Desse modo o PPP está incorreto quanto a gestão democrática do colégio. O que o submete a gestão ao estilo técnico–científico, que dá ênfase na centralização das decisões.

Já no que diz respeito ao conceito de cultura escolar, para Barroso (1995) a cultura escolar pode ser abordada em três tipos:

- Funcionalista: onde a cultura é produzida externamente, seguindo princípios, finalidades e normas que o poder político impõe, e a escola apenas transmite;
- Estruturalista: onde a cultura é veiculada a forma escolar de educação, ou seja, a cultura será inserida em como o aluno deve-se portar na escola;
- Interacionista: onde a cultura organizacional de cada escola, nas relações uns com os outros, nas relações com o espaço e com os saberes, basicamente a cultura de interação entre a escola e o aluno.

Seguindo a perspectiva de Barroso (1995) em relação a cultura, deve-se observar que o grande desafio da escola pública está em garantir um padrão de qualidade (para todos) e, “ao mesmo tempo, respeitar a diversidade local, étnica, social e cultural” (GADOTTI; ROMÃO, 1998, p.28). Na opinião dos autores o grande desafio educacional continua sendo educar e ser educado, no sentido em que a escola educa mas, também de que ser educada para compreender as diferenças culturais e pensar

estratégias transformadoras para responder a essas demandas. A dialética entre as culturas faz parte da própria natureza da educação. Adquirir uma nova cultura não é negar a cultura primeira, mas integrá-la no processo de desenvolvimento humano e social.

Faz-se importante ressaltar que “a diferença cultural não deve ser apenas respeitada, mas, encarada como uma riqueza da humanidade e base de uma filosofia do diálogo” (BRASIL, 1998, p. 86).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PPP analisado para a realização do presente trabalho pertence a um colégio estadual da região de Apucarana-Paraná, que atende a educação básica. Na descrição do PPP a instituição pode ser contextualizada por alunos de poder aquisitivo baixo e médio. Quanto a religião a maioria dos alunos é católico. E no que diz respeito a tecnologia, a maioria dos alunos possui acesso à internet.

O documento está datado do ano de 2013 e, segundo Ilma Passos (2007) o PPP deve ser um “processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, na busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade” (PPP, 2013, p.04), e como consta no próprio documento “muitas vezes necessitando ser repensado em reuniões coletivas, e modificado constantemente” (PPP, 2013, p.04).

As dimensões pontuadas pela autora no roteiro para elaboração do PPP são: capa; ficha técnica; sumário; apresentação, dados de identificação; marco situacional; marco conceitual; marco operacional e referências, estas dimensões foram analisadas, item por item, no intuito de verificar se o mesmo está de acordo com uma adaptação do modelo proposto por Veiga (2007).

Os únicos itens que estão totalmente de acordo com o proposto são a capa, o sumário, os dados de identificação e marco operacional. A ficha técnica está de acordo com o modelo proposto por Veiga (2007), porém não está na ordem proposta, no qual se encontra na página 49.

No item apresentação dos aspectos legais, os documentos oficiais (LDB, ECA, Regimento escolar e Bases Legais da Educação Básica) são inexistentes, sendo estes de extrema importância para o conhecimento da comunidade escolar.

No item marco situacional o subitem histórico consta, porém como subitem de dados de identificação, a concepção filosófica e pedagógica consta no item justificativa e os subitens finalidades da escola e materiais didáticos, não constam no documento. O que consta apenas sobre este último item, quem é o responsável pelo fornecimento do mesmo.

No item marco conceitual os subitens prática pedagógica, cronograma, acompanhamento e avaliação do Projeto Político Pedagógico não constam. Integração da família está distribuída em outros tópicos no decorrer do documento, a missão da escola e a visão de futuro não constam de forma clara,

as metas e ações constam como anexo I do PPP, recuperação de estudos apenas citam as turmas, em outro tópico, mas não faz menção a elas, projeto étnico-racial está citado em decisões operacionais.

Pôde-se concluir que ainda é um desafio para a escola a implementação do Projeto político Pedagógico nos moldes referenciados pela Autora Ilma Veiga (2007), e que a Gestão Democrática, participativa conforme pressupõe a LDB 9394/96 ainda é uma utopia a ser conquistada, importante ressaltar que não se pretendeu nesta pesquisa, levantar culpados ou críticas indevidas, mas tentar estabelecer uma articulação necessária entre teoria e prática na escola.

REFERÊNCIAS

BARROSO, J. Cultura, Cultura escolar, Cultura da escola. Univesp. LEI 9.394/96. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 25 nov. 2019.

BRASIL, LEI Nº. 9394/96, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Ministério da Educação. Brasília. 1996.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Salto para o Futuro: Construindo a escola cidadã: projeto político-pedagógico/ Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, SEED, 1998.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura, Fundescola. Como elaborar o plano de desenvolvimento da escola. Brasília, 1999.

COSTA, R. P.; Gestão democrática na escola pública: situações e possibilidades. 2011. Monografia de especialização. UFSM. Palmas, 2011.

COUTO JÚNIOR; J. M. Se a escola fosse um livro, o PPP seria o roteiro. 2019. Disponível in <<https://gestaoescolar.org.br/conteudo/2274/se-a-escola-fosse-um-filme-o-ppp-seria-o-roteiro>> Acesso em: 27 nov. 2019.

CUNHA, E. O.; CUNHA, M. C. Estilos de gestão, cultura organizacional e desempenho escolar. Revista entreideias, Salvador, v. 5, n. 1, p. 7-24, jan./jun. 2016.

DUARTE, Newton . Concepções afirmativas e negativas sobre o ato de ensinar. CADERNOS CEDES. Campinas, v. 19, n. 44, abr. 1998.

FREIRE, Paulo. Não há docência sem discência. In Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz eterna, 1996.

GADOTTI, Moacir. Projeto político-pedagógico da escola cidadã. In Salto para o Futuro: Construindo a escola cidadã: projeto político-pedagógico/ Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, SEED, 1998.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. Projeto da escola cidadã: a hora da sociedade. in BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Salto para o Futuro: Construindo a escola cidadã: projeto político-pedagógico/ Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, SEED, 1998.

GASPARIN, J. L. Uma Didática para a Pedagogia Histórico-Crítica. São Paulo: Autores Associados, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. “O sistema de organização e gestão da escola” In: LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola - teoria e prática. 4ª ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

LIBÂNEO, J. C. Tendências pedagógicas na prática escolar. In: LIBÂNEO, J. C. Democratização da Escola Pública – a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1992.

LIBÂNEO, José C. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 38, n. 1, mar. 2012.

PPP-Projeto Político Pedagógico. Apucarana, Paraná. 2013.

PARANÁ. Currículo Básico para a Escola Pública. Disponível em: . Acesso em: 09 maio 2014.

PARANÁ. Secretaria de Educação do Estado do Paraná. Disponível em: . Acesso em: 30 abr. 2014.

SAVIANI, D. *Escola e Democracia*. 32ª Edição. Campinas: Autores Associados, 1999.

SAVIANI, D. *Pedagogia Histórico- Crítico: Primeiras aproximações*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; DE RESENDE RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves. *Escola: espaço do projeto político-pedagógico*. Campinas: Papyrus, 1998.

VEIGA, Ilma Passos da. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. Campinas: Papyrus, 2007.

VEIGA, Ilma P.A. Projeto político-pedagógico da escola de ensino médio e suas articulações com as ações da secretaria de educação. *Anais do I seminário nacional: currículo em movimento – perspectivas atuais*. belo horizonte, 2010. Disponível in: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7179-4-4-rojeto-politicopedagogico-escola-ilma-passos/file>. Acessado em ago de 2019.